



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO-LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 04 DE JANEIRO 2021

DECRETO n.º 325/2021.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE CONGO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam exonerados todos os ocupantes de cargos de provimento em comissão da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congo/PB, 2 de Janeiro de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA

Prefeito Constitucional

DECRETO n.º 326/2021.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado horário de funcionamento, por tempo indeterminado, do expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, situados no âmbito do Município de Congo/PB.

§1º O horário a ser cumprido será de segunda-feira à quinta-feira no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 e na sexta-feira será de 08:00 às 13:00.

Art. 2º O servidor público, com carga horária de trabalho de 40 e 30 horas semanais, excepcional e temporariamente, terão a jornada diária de trabalho conforme explicita o §1º do art. 1º.

Art. 3º. A inobservância deste Decreto implicará ao servidor e a seu superior imediato as sanções previstas na legislação específica.

Art. 4º O disposto neste Decreto não se aplica a servidor público e empregado público que desempenha suas funções:

I –Em regime de plantão;

II –Em regime de escala;

III –Em unidade escolar;

IV –Em unidades assistenciais à saúde com atendimento 24 horas.

Art. 5º. Havendo a necessidade de servidor executar suas atividades após o horário mencionado no artigo 1º, não será computado como horas extras funcionais.

Parágrafo único. Os Secretários Municipais ficarão encarregados de monitorar o andamento dos serviços, para que não haja prejuízo no cumprimento de prazos, caso ocorra, o servidor será convocado ou requisitado até regularizar e normalizar os prazos, não havendo ônus para a prefeitura pelo cumprimento das atribuições devidas.

Art. 6º Havendo necessidade de ajustar os horários para melhor atender, ficará a critério de cada Secretário Municipal a escala de plantões, jornada de trabalho, ou a depender dos serviços contínuos que na ocasião não poderão ser interrompidos, como serviços da zona rural, entre outros, respeitando o horário de direito do servidor, não será pago horas extras ou qualquer indenização pecuniária.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congo/PB, 2 de Janeiro de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional